

OPINIÃO

Gilberto Luther |*



Adebayo Vunge



Angola 2020: Estratégias para Pós-Covid 19

As teorias modernas da economia de mercado têm como pedras basilares dois teoremas de enorme relevância e alcance para o momento que vive a nossa economia.

1. Um século depois da pandemia da Gripe Espanhola, a humanidade volta a confrontar-se com uma nova crise pandémica de consequências até aqui inconclusivas. Fazem-se projecções, desenham-se cenários, mas a incerteza domina o debate e o mundo. Ao mesmo tempo, analistas multidisciplinares estão convencidos de que esta situação dará lugar a uma crise económica e financeira à escala global, que em alguns países poderá conduzir a problemas no espectro social e político. Como se denota, esta crise é o corolário de uma crise ainda maior, do ponto de vista sistémico, que afecta os fundamentos do Estado, do capitalismo e da cooperação internacional.

2. Infelizmente, não estamos ainda no pós-Covid-19, é duvidoso que estejamos até ao final do próximo ano e ninguém tem como estimar a totalidade dos impactos finais. Estamos dependentes de soluções que os outros possam aportar, seja do ponto de vista de um medicamento para a sua cura efectiva, seja em termos preventivos, com uma vacina.

3. Assim, e como ocorre hoje, especialmente nos países asiáticos e europeus, o mais certo é que tenhamos de adoptar um comportamento de relançamento das actividades socioeconómicas numa lógica de convivência com o próprio vírus, gerando-se um cordão de imunidade colectiva ou 'imunidade de grupo', onde as dúvidas são tantas como as certezas quanto ao resultado.

4. Este cenário implica a adopção de uma série de medidas emergenciais do ponto de vista da Saúde Pública, mas também económico-sociais e político-institucionais, para acudir (sobretudo, mas não só) aos sectores mais vulneráveis da população.

5. Entretanto, convém dizer que a nossa crise não é nova, alguns sinais deixavam já antever de que estaríamos numa rota descendente, em termos de sustentabilidade das finanças públicas, em 2020. É preciso uma estratégia que vise olhar para os nossos problemas de uma forma mais realista (não confundir com pessimista) numa espécie de catarse, para criar, a vários níveis, impactos socioeconómicos evidentes e ingentes, e conciliar tudo isso com um plano consequente e sustentável de relançamento do crescimento, e mesmo do real desenvolvimento do País, para não vivermos apenas de reacções meramente contingentes.

6. Assim, a aposta consequente, mesmo que temerária, nas reformas estruturais parece ser o caminho mais avisado, no sentido de se aproveitar o pouco de positivo que traz esse tanto de negativo.

7. O documento segue, pois, a via dos curto e médio prazos, diagnosticando e dando alguns contributos para os possíveis caminhos que podem ser seguidos pelo Executivo, tendo em vista a concretização da melhoria do bem-estar colectivo.

8. Do nosso ponto de vista, é importante um amplo debate nacional sobre os temas estruturais. E ainda mais importante do que isso, é fundamental

que haja capacidade institucional para a implementação e o monitoramento das medidas, preservando o foco, não obstante os desafios circunstanciais. Dito de outra forma, consideramos indispensável, e aceitando acidentes de percurso, definir uma visão estratégica onde, uma a uma, se definam prioridades concretas.

Estratégias de curto prazo

São identificados três domínios, a saber:

- a) Domínio Político e Institucional
 - I. Reforma do Estado e redução extrema da burocracia
 - II. Reforma da Lei de Terras
 - b) Domínio das Finanças Públicas
 - I. Redução efectiva da despesa pública
 - III. Dívida pública
 - IV. Liquidações e privatizações
 - V. Mobilização da economia informal
 - VI. Atração negociada de novos investimentos e PPPs

c) Domínio do Ordenamento do Espaço.

- I. Segurança das pessoas e dos investimentos
- II. Dividendo demográfico, urbanização e êxodo rural.

Domínio das finanças públicas- Redução efectiva da despesa pública — a reforma do Estado, do ponto de vista institucional, tem de partir da reapreciação das próprias funções que o Estado desempenha

Domínio político e institucional

- Reforma do Estado e redução extrema da burocracia — a burocracia já provou ser, entre nós, dos mais críticos factores de entrave ao investimento. Não podemos continuar a suportar retrocesso ou a manutenção do actual status quo ao nível do doing business. A simplificação, desburocratização e eliminação de um sistema ceder de impostos, taxas, contribuições formais e informais onera em demasia e inibe a propensão para os negócios. "Menos Estado, menos entraves". "Menos Estado, mais despacho", o Estado não pode ser tido como elemento bloqueador da acção da livre iniciativa e da capacidade empreendedora dos cidadãos.

Uma prova disso mesmo é a ausência de Bilhetes de Identidade para todos os cidadãos, apesar dos investimentos que foram feitos ao longo dos anos para este fim. Mas podemos igualmente aflorar aspectos que dificultam o dia-a-dia do cidadão como:

- a. A certificação dos diplomas nos moldes actuais do INAREES, com impacto muito negativos sobre o emprego, levando cidadãos ao desespero.
- b. Na lista cabem ainda o conjunto

de documentos exigidos para a participação em concurso público, muitos dos quais poderiam ser eliminados fruto da interligação e interdependência entre os sistemas. Este expediente, muitas vezes, desestimula a participação das PME.

c. Prazos demasiado curtos para a vigência dos alvarás ou inexistência de mecanismos de renovação automatizados ou com a utilização das actividades inspectivas;

d. Para o início de actividades há um excesso de licenciamentos. Retirou-se o bloqueio na constituição de empresas, mas continuamos a afunilar nas condições precedentes para o início de qualquer actividade empresarial. Poderíamos inclusive optar por mecanismos de licenciamento a posteriori, permitindo muitas vezes que a actividade financie os custos da sua constituição.

e. Idênticos constrangimentos notamos para o registo automóvel ou ainda de imóveis, com os governos provinciais e administrações municipais a constituírem um verdadeiro obstáculo por excessivo rigor ora mesmo por ausência total de procedimentos, para além das práticas de inconformidade.

- Reforma da Lei de Terras e do sistema de registos fundiários e imobiliários — é preciso capitalizar e dinamizar a economia por via do único recurso que está disponível: a terra. Ela tem de servir como garantia dos financiamentos dos bancos, e para tal é preciso que sejam atribuídos direitos mais robustos e de forma mais célere, seja a nacionais, seja mesmo a estrangeiros (com garantias de grande valor como contrapartidas).

É urgentíssimo sairmos da perene incapacidade de dar reconhecimento e valor formal à pouca riqueza que existe. A legitimação da propriedade perante terceiros pelo registo é uma prioridade para revitalização da capacidade de endividamento e dinamização dos negócios com os bancos e não só. É preciso apostar num regime funcional, ainda que precário, que possibilite, sem grandes burocracias, que se dê dimensão formal ao que já existe materialmente.

Domínio das finanças públicas- Redução efectiva da despesa pública — a reforma do Estado, do ponto de vista institucional, tem de partir da reapreciação das próprias funções que o Estado desempenha. O tema transcende, portanto, a mera questão numérica ou de dimensão de instituições e menos ainda de funcionários. Precisamos de apresentar resultados rápidos e efectivos no que tange à percepção real da necessidade e do desempenho de várias instituições, respondendo ainda à crítica assimetria em termos de presença institucional, além dos tradicionais temas de carência brutal de infra-estruturas e meios físicos e o uso pouco proveitoso das tecnologias de informação.

Sem prejuízo das evidentes melhorias ao nível da contratação pública, a verdade é que é preciso aproveitar o património público (mobiliário e imobiliário), evitando-se o desperício. O comportamento do Estado, como um todo, não é, muitas vezes, coerente em matéria de gastos públicos, investindo no que não é prioritário, gastando sempre mais do que a média em qual-

quer compra, nem sempre dando o melhor exemplo em matéria de austeridade e, com isso, não contribuindo como exemplo para os demais sectores da sociedade.

— Orçamento realista — só devemos inscrever no OGE aquilo que efectivamente esteja ao alcance de todos; em segundo lugar, devemos suspender a inscrição de novos projectos, durante um exercício, para que sejam concluídos todos os pendentes;

— Rigoroso recadastramento dos funcionários civis e cadastramento dos funcionários efectivos dos órgãos de defesa e segurança. Essa medida permite ao Estado ter uma noção do seu real tamanho e volume e, ao mesmo tempo, trabalhar no sentido de corrigir as assimetrias, atendendo às reais necessidades do Poder Local;

— Suspender os mecanismos de contratação simplificada, o que exige cultura de planificação, rigor e transparência na gestão.

— Utilização das facilidades do leasing para a aquisição de viaturas de funções para os funcionários de segunda a terceira linhas da administração pública. O Estado poderá assim funcionar apenas como garante com ou sem participação de fundos públicos;

-A percepção pública geral é, ainda, de que o Estado gasta muito onde não deveria gastar, e gasta pouco no que deveria ser prioritário. O princípio de recrutar cada vez mais, para fazer o mesmo, quando noutras paragens são preciso menos, mas com mais meios e estímulos, é péssimo

— Redução das gamas/cilindradas das viaturas de função atribuídas aos funcionários e gestores públicos; adicionalmente cortar a atribuição de viaturas de apoio familiar como foi sendo prática;

A percepção pública geral é, ainda, de que o Estado gasta muito onde não deveria gastar, e gasta pouco no que deveria ser prioritário. O princípio de recrutar cada vez mais, para fazer o mesmo, quando noutras paragens são preciso menos, mas com mais meios e estímulos, é péssimo. Traduz-se numa espécie de socialização da pobreza. "Pagar a menos, mas mais" é capaz de trazer melhores resultados. É preciso estimular as pessoas a tomarem o sentido inverso do êxodo para as cidades, estimulando-as a partirem para o interior. O Estado tem as modalidades e os meios de contrapartida ao seu dispor. É preciso tornar a actuação do Estado muito mais próxima dos privados em matéria da vida económica.

- Dívida Pública — É preciso não temer as contrapartidas a prestar a terceiros, mesmo no que toca aos custos das dívidas. Não existem almoços grátis e não podemos contar com a "bondade" dos outros. A virtude de não nos iludirmos deve ser totalmente nossa, mesmo que nos estejamos a vender o melhor dos sonhos.

O problema nunca foi a dívida em si, mas a sua negociação, a sua gestão rigorosa, sustentada, e, muito mais importante, o que estrategicamente se realiza em termos de investimento com o capital mutuado. A culpa não foi de termos ido buscar investimento ou empréstimos, o erro sempre foi nosso na avaliação prévia que fizemos sobre o que deveríamos fazer. Pensar com realismo numa lógica de médio e longo prazos, capitalizar em investimentos verdadeiramente reprodutivos, dentro de uma estratégia coerente, são as soluções e não é tarde demais para as adoptarmos. E também aqui precisamos de um sentido estratégico, a dívida faz mais sentido quando é contraída para o desenvolvimento do Estado e menos quando acontece para acudir à escassez do Tesouro público.

- Liquidações e privatizações — a liquidação e privatização dos activos empresariais ou produtivos não estratégicos é urgente. O Estado continua a ter imenso prejuízo na manutenção deste parque (im)produtivo, além do custo de oportunidade em que incorre ao não devolver estes activos ao sector produtivo. O Estado precisa de adoptar uma postura coerente e não pode ser, ao mesmo tempo, "o árbitro" e "o jogador". De resto, há ainda uma massa significativa de ex-trabalhadores que aguardam indemnizações há décadas, e muito património que deve ser devolvido à economia.

É urgente a revisão da Lei das Privatizações.

- Mobilização da economia informal — a economia informal não precisa e nem deve ser confundida com uma economia criminosa. Não deve ser vista como inimiga, mas sim como uma natural evidência da livre e espontânea iniciativa empreendedora dos angolanos. Deve, pois, ser apoiada e não combatida. É o Estado que deve olhar para ela, para os moldes em que se comporta, a sua fisionomia e características, e procurar adequar os regimes formais à economia informal. Deve procurar entender as necessidades e dinâmicas destes negócios e de como é possível gerar um valor regular e não especulativo, predador ou ilegal, dito de outra forma, integrar a informalidade na formalidade, servindo não apenas em termos de tributação, mas sobretudo a sua correcta integração urbana seja com feiras rotativas como em mercados municipais, suficientemente espaçosos e organizados. Alguém se lembra do mercado do Kinaxixi?

- Atração negociada de novos investimentos e PPP — deve dinamizar-se a captação de investimento privado nacional e, sobretudo, externo, por via negociada, quando se tratar de investimento estratégico (incluindo procedimentos de adju-

dicação directa, para investidores de alto interesse). Deve privilegiar-se uma forma mais directa, menos burocrática de os contactar. Ao nível das PPP, deverá dar-se atenção especial aos mecanismos de garantias de lucros e de swaps; é preciso dinamizá-los como forma de estimular um investimento.

Pensar fora do caixa poderá significar uma barganha com o que estiver à mão, como por exemplo: um deferimento por 10 (dez) anos no pagamento de impostos para uma empresa que realize investimentos comprovados de um valor X, desde que empregasse mão-de-obra nacional até Y e fizesse compras nacionais até Z; um regime liberalizado de saída e de não tributação do capital para quem trouxer investimentos ou mantiver contas em divisas em determinados montantes nos bancos nacionais.

Entre os sectores onde mais facilmente se podem captar investidores para esta modalidade de financiamento, encontra-se sobretudo o das infraestruturas, particularmente no domínio das estradas e caminhos-de-ferro, tendo em vista acelerarmos a mobilidade urbana e a integração económica das regiões. Por exemplo, o Metropolitano de Luanda não deve continuar a ser adiado. As auto-estradas não podem continuar a ser uma miragem. E a linha de caminho-de-ferros Sul/Norte é uma inevitabilidade, sendo certo que pode cruzar as três linhas actuais, partindo assim do Lubango, seguindo-se para o Huambo (onde cruza com o CFB), Waku Kungo até ao Alto-Dondo, seguindo daí para Luanda. O terceiro grande projecto para as nossas “obras incríveis” seria a ponte que liga Cabinda ao Soyo.

Domínio do ordenamento do espaço

- Segurança das pessoas e dos investimentos – uma das evidências que a crise presente demonstra é que é, sim, possível fazer muito com o pouco. A nível de exemplo, cite-se o papel importantíssimo das FAA e das forças da ordem em geral no asseguramento do cumprimento das medidas do Estado de Emergência quando houver a necessidade de ser estabelecido. Mas é possível dar um papel ainda mais produtivo ou mais relevante à segurança pública no que tem a ver com os investimentos públicos e privados (além da segurança pública territorial). Não há ambiente de investimento que se crie sem essa garantia de segurança efectiva, e os custos de asseguramento privado oneram em demasia os custos iniciais do investimento.

- Dividendo demográfico, urbanização e êxodo rural – a falta de urbanização representa um custo económico altamente relevante. Representa um obstáculo da mais alta importância na estratégia de captação de investimento, e também um risco de segurança a todos os níveis para as pessoas e para as empresas. É preciso não fomentar novos “musseques” e “guetos”, até mesmo em zonas recentemente urbanizadas como as centralidades.

Estratégia a médio e longo prazos

- Educação e ensino – em termos estratégicos, a questão coloca-se numa perspectiva de assertividade e concretização no que tange à fixação de metas claras. Não é aceitável que, ano após ano, mantenhamos os mesmos problemas e os mesmos desafios, sem que se tenha uma notória percepção dos avanços, isto porque, muitas vezes, não se conhecia o status quo ante e as metas (em termos numéricos) que se pretendiam alcançar.

A discussão entre o binómio quantidade vs qualidade tem de ser superada e a estratégia tem de contemplar a definição de metas claras para ele-

vação do ensino num sentido prático/profissional e valorização da produção científica. Sem um avanço claro neste sentido, não haverá uma efectiva superação do grande défice existente ao nível dos recursos humanos e do entrave ao desenvolvimento que isto representa.

A escola é um local relevante para a formação da pessoa, mas é importante que para além do professor e aluno haja uma presença igualmente activa dos encarregados de educação

A escola é um local relevante para a formação da pessoa, mas é importante que para além do professor e aluno haja uma presença igualmente activa dos encarregados de educação. Não apenas no acompanhamento das actividades lectivas dos filhos, mas igualmente no processo de gestão escolar, permitindo que sejam criadas novas dinâmicas para a melhoria das condições do ambiente escolar, suprimindo aqui e acolá as lacunas do Estado.

Noutras latitudes, a merenda escolar é comparticipada, não é o nosso caso. Mas como a Covid-19 veio demonstrar, as nossas escolas têm sérias lacunas em matéria de higiene e saneamento nas áreas onde o conselho de encarregados poderia actuar, por exemplo. Dou como exemplo o caso francês onde o ensino é feito das 8h30 as 15h30 e os encarregados participam na refeição na proporção do seu salário e do número de filhos em idade escolar.

A educação é a única chave para sairmos do círculo vicioso de não gerarmos inovação, conhecimento e riqueza num mundo assaz competitivo, e para oferecermos às pessoas a única coisa que é verdadeiramente delas: o conhecimento, a criatividade, a disciplina e a confiança em si mesmas – um processo que tem o seu início no ensino básico.

- Sistema Financeiro – Aqui o tema fundamental continua a ser essencialmente ao nível do subsector ban-

cário, com a concorrência que o Estado faz aos empresários na busca pelo capital. Os bancos têm reiteradamente persistido numa política de financiamento do Estado em detrimento dos operadores privados do mercado. Nem mesmo as políticas públicas do BNA – com a libertação dos cativos que devem estar sob custódia do banco central, e outros programas com vista ao financiamento dos empresários – parecem estar a trazer alguma consequência prática de relevo. Em geral, continua a haver uma gritante escassez de liquidez e os juros altos continuam a desestimular o investimento. A falta de boa e rápida análise do risco de crédito, de garantias credíveis e de própria qualidade dos projectos são outros dos aspectos críticos.

- Justiça e combate à corrupção – sendo uma das principais linhas de vanguarda deste Executivo e tendo já produzido alguns resultados, é, no entanto, evidente o seu esmorecimento. Isto ocorreu por vários factores que passam pela falta de definição de uma estratégia coerente que acatelasse o investimento prévio em meios materiais e humanos, que é deficiente ou insuficiente. Acreditamos que três medidas legais se impõem para galvanizar a moralização da sociedade relativamente à corrupção: a criminalização do enriquecimento sem causa, com a prerrogativa de perda de direitos patrimoniais; o regime geral de incompatibilidade entre funções públicas e privadas, que deverá gerar um efeito dissuasor da maior relevância, no que tange à corrupção; e, por último, a necessidade de um sistema efectivo de denúncia e de obrigação de investigação dos órgãos competentes. Vamos concordar que os mecanismos já existem, então porque esperamos para que sejam uma prática insistente e de forma progressiva, ainda que mais lenta do que desejaríamos, transformar-se numa verdadeira cultura de gestão da República.

A corrupção ou a percepção geral sobre a mesma continua a ser muito grande entre nós, a nível interno e externo, gerando um efeito desmoralizador em três sentidos: o agente tem a percepção de que vale a pena correr o risco, porque ninguém coloca questões sobre o súbito aumento do seu património; a sociedade, em geral, passa a acreditar que o crime compensa; além de gerar uma falta de confiança geral no programa (à medida que vão surgindo novos casos de corrupção “bem sucedidos”).

- Resgate de valores – muitos

menosprezam o seu valor económico, mas o Executivo esteve bem ao priorizá-los. Falhou, no entanto, no foco. Ninguém se torna bom mestre se não der o exemplo. O resgate de valores deveria começar primeiro pelo Estado, com efeitos visíveis e perceptíveis por todos, e só depois se deveria procurar estender o seu alcance. A mentalidade consumista e despesista encontra largo suporte a nível institucional e o padrão de luxo impera. Somos ainda megalómanos e descaramos, por falta de humildade, aspectos básicos. Gostamos de grandes obras, mas sem prevermos a sua manutenção, depois vem a degradação. Infelizmente, essa constante negativa encontra várias evidências e exemplos práticos.

Mapa Resumido de medidas

Reformulação da Lei de Terras

Redução do número de licenças para início de qualquer actividade empresarial ou associativa.

Reordenamento e tributação da economia informal

Definição clara no OGE de projectos a considerar via PPP com foco nas grandes infraestruturas nacionais.

Programa de Reordenamento Urbano de Angola “Asfalto, cimento, Árvores e luz” para a melhoria do saneamento e da imagem das grandes cidades e principais bairros periféricos com envolvimento directo dos cidadãos para os empreendimentos particulares

Controle, redimensionamento e distribuição dos efectivos da Função Pública, em especial dos efectivos militares que podem prestar um apoio maior em sectores como o da

Entre os sectores onde mais facilmente se podem captar investidores para esta modalidade de financiamento, encontra-se sobretudo o das infraestruturas, particularmente no domínio das estradas e caminhos-de-ferro, tendo em vista acelerarmos a mobilidade urbana e a integração económica das regiões

VIGAS DA PURIFICAÇÃO | EDIÇÕES NOVEMBRO



É preciso que haja acções concretas para minimizar o impacto negativo da Covid-19 na economia nacional

Educação em zonas remotas;

Reforma educativa com foco na melhoria da qualidade do ensino, mecanismos de comparticipação e institucionalização do conselho de pais com participação directa na gestão escolar.

Definição clara do sistema nacional de saúde e melhorias da medicina preventiva com impacto na melhoria dos indicadores da mortalidade por malária e materno-infantil com prazos e metas claras assumidas com envolvimento nacional.

Realização de Eleições Autárquicas Monitoramento para cumprimento das metas de melhoria dos indicadores de Angola no Doing Business.

Grandes projectos de infraestruturas nacionais: auto-estradas; Interligação das três linhas de caminhos-de-ferro partindo do Lubango a Luanda e a ponte Cabinda-Soyo

À guisa de conclusão

Se por um lado o bem comum entende-se pela capacidade de pertença a uma comunidade, o elo de ligação é uma premissa importante do sentido gregoriano da democracia participativa e da concepção de Karl Popper.

Ainda antes do libelo provocatório de Gustavo Costa aos intelectuais angolanos começamos este exercício de reflexão, puramente livre e descomprometido com qualquer ditame institucional.

O que propomos é uma séria reflexão, ou mesmo inflexão, do caminho percorrido até aqui, a partir do qual se podem ou devem reconfigurar uma série de medidas, algumas porventura em execução, mas com menor eficácia, e transformar a sua amplitude e alcance de forma a que se tornem verdadeiramente visíveis fruto do engajamento colectivo, do Governo, da sociedade civil, dos cidadãos. Não podemos pensar de outro modo quando olhamos para a questão da segurança, da educação, do crescimento económico inclusivo, só para citar estes.

E tudo isso, por junto e atacado, numa altura em que o mundo assustasse e comove-se perante os milhões de casos e os milhares de mortos de uma pandemia que pôs em causa países economicamente fortes ou blocos económicos tendencialmente hegemónicos. A pandemia revelou a fragilidade dos Estados e confirmase hoje que um Estado forte é aquele que tem condições para dar as melhores respostas e proteger os seus cidadãos, tanto no plano da Saúde Pública como da economia.

Aproveitemos esse momento de quase colapso para a inflexão e assim agir mais concretamente sobre o País que queremos ter, conscientes de que o que semeamos hoje será colhido pelas gerações de amanhã.

Fizemos um diagnóstico realista, não pessimista, limitado obviamente, mas acreditamos, porque somos antropologicamente optimistas, que com estas e outras medidas concretas, com a definição de prioridades e objectivos, podemos preparar melhor o País a entregar aos nossos filhos, com a sensação de que se não fizemos tudo o que devíamos, fizemos tudo o que nos é possível. Mas fizemos deixando assim a nossa pedra sobre este edifício que se chama Angola.

(*) Apesar da ligação institucional, este texto não vincula o Ministério das Finanças e foi escrito no espírito do encontro promovido pelo Presidente da República com a sociedade civil sobre o tema, onde um dos seus autores foi convidado.

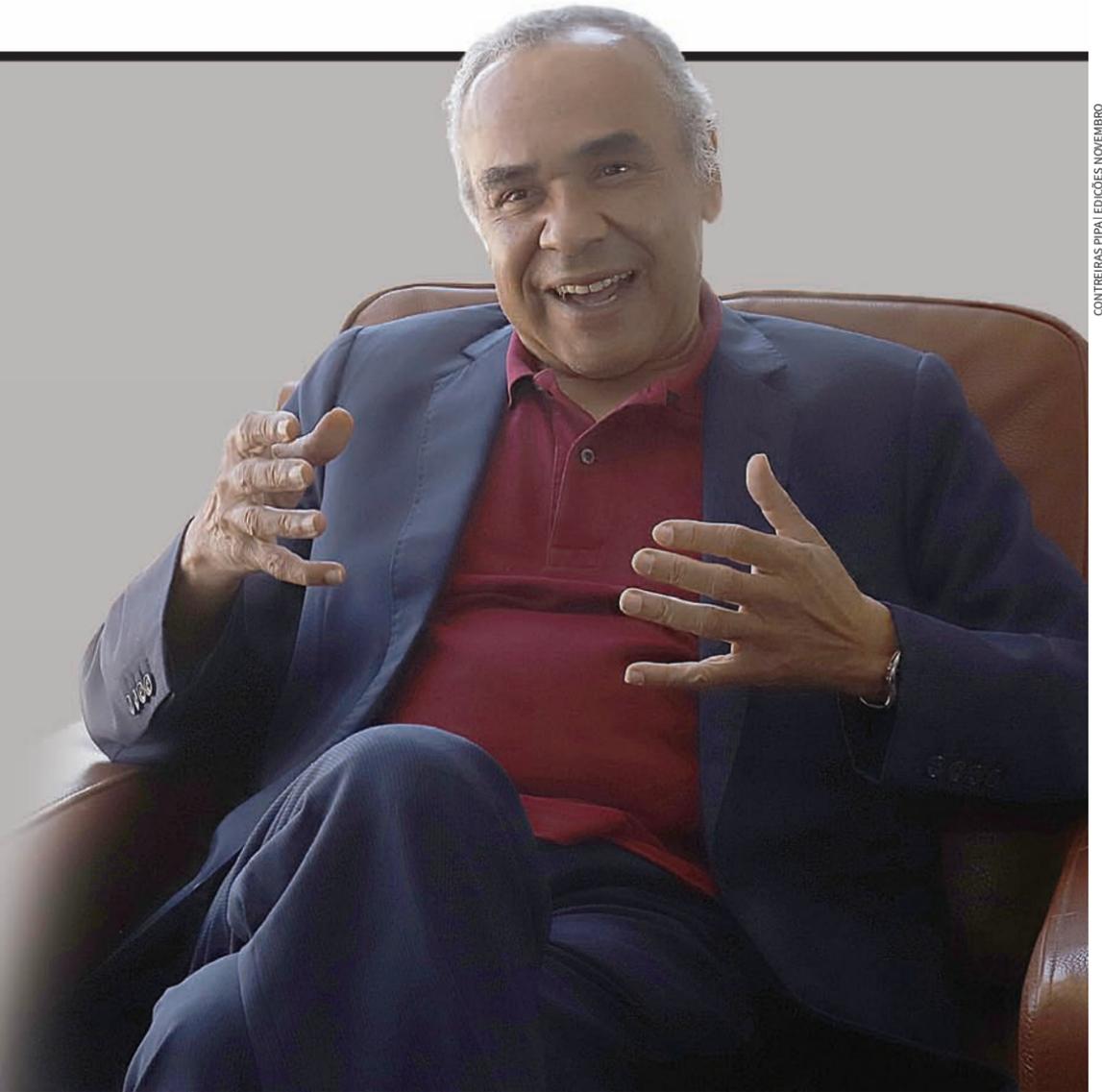
(**) Jurista, Docente e Consultor da Ministra das Finanças

(***) Jornalista, Docente e Director do Gabinete de Comunicação do Ministério das Finanças

■ JOSÉ CERQUEIRA, ECONOMISTA

“A saída da crise passa por encarar de frente a luta contra a inflação”

Foi um dos rostos do SEF - Saneamento Económico e Financeiro, um programa de reformas implementado ainda durante o regime de partido único, que no fundo preparou o país para a economia de mercado e para o fim da economia centralizada (praticamente sem iniciativa privada). Preocupado com os altos índices de pobreza e desemprego, sobretudo entre os mais jovens, defende que é preciso atacar as elevadas taxas de inflação, de juro e de câmbio. E apresenta uma solução concreta: mudar o regime cambial para eliminar o enclave do dólar no sector petrolífero



CONTREIRAS PIPA | EDIÇÕES NOVEMBRO

Miguel Gomes

Nos últimos anos, pelo menos desde 2014, Angola vive um período de alta inflação, desvalorização acelerada do Kwanza e falta de crescimento económico. São elementos que indicam um forte desequilíbrio macro-económico. Quais são as causas que nos trouxeram até aqui?

A causa próxima foi o choque petrolífero de 2014, que causou uma queda muito grande do nosso Produto Interno Bruto (PIB). Isto não é reconhecido nem pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), nem pela maior parte dos economistas angolanos. Mas eu penso que eles vão mudar de opinião. Todos os países exportadores de petróleo, até o Brasil, a Rússia e a Arábia Saudita, entraram em recessão. Eles não reconhecem porque aplicam mal os métodos de contabilidade. Escrevi um livro sobre isso, que vai sair agora em Portugal, mas não quero entrar nesse assunto. Quando uma economia entra em recessão, em princípio sai da recessão passados alguns meses. Precisamos de distinguir entre as recessões que têm causas internas, como aconteceu nos EUA, de países como Angola onde a recessão é importada. Não saímos da recessão porque enfrentamos uma alta taxa de inflação, que se verifica mesmo nas piores alturas. Essa taxa de inflação impede o Banco Nacional de Angola (BNA) de baixar as taxas de juro. E taxas de juro muito elevadas são das piores coisas para a economia.

Porquê?

Porque desencorajam o investimento privado e sem investimento privado não há aumento do emprego. A economia caiu por causa do choque petrolífero e não recuperou,

porque a inflação e as taxas de juro são muito elevadas.

Mas registam-se também outras motivações para a formação deste contexto, desde logo, o modelo económico inexplicavelmente suportado apenas pelo petróleo, o mau ambiente de negócios ou falta de confiança no sistema de justiça: até as instituições públicas assinam contratos onde admitem recorrer à arbitragem internacional para resolver eventuais conflitos.

Tudo isso é de considerar. Mas temos de fazer uma distinção muito clara: uma coisa é quando existe encorajamento do investimento privado, dos negócios, mas eles não se desenvolvem por causa do mau ambiente de negócios. Outra coisa é quando os negócios são encorajados e ao mesmo tempo queremos melhorar o ambiente de negócios. É completamente diferente. O que se passa actualmente é que os negócios não são encorajados devido à elevada taxa de juro e a taxa de câmbio, que se deprecia muito rapidamente. Esses são os dois factores essenciais. O clima de negócios está a mudar, o terceiro presidente de Angola, o actual presidente, General João Lourenço, está a fazer um combate muito forte nos dois pilares que dificultam o ambiente de negócios: a corrupção e a pesada burocracia. Está a limpar estas coisas. Desejo-lhe o melhor sucesso e que seja rápido. O que tem vindo a piorar é o preço do petróleo e as elevadas taxas de juro e de inflação, enquanto a taxa de câmbio está a depreciar-se muito rapidamente. É isto que nos está a prejudicar os negócios.

É uma realidade que o preocupava?

Sim. Penso que a saída da crise passa por encarar de

frente a luta contra a inflação e abatê-la para níveis muito baixos, de dois, três ou quatro por cento/ano. Quanto mais, 5 por cento no curto prazo. Quando digo no curto prazo é no máximo de um ano e já é muito tempo. Acho que se consegue baixar a inflação para esses valores em seis meses. Repare que quase não se fala da inflação. Espera-se que baixe no longo prazo, para o ano será um ponto mais baixo e por aí adiante. Há um desânimo na luta contra a inflação.

Porquê?

Porque as pessoas deixaram de conhecer a causa da inflação. Durante muito tempo, era o défice público que causava inflação. Mas o Governo conseguiu equilibrar as contas públicas - não significa que o orçamento foi sempre equilibrado, quer dizer que qualquer desequilíbrio orçamental é colmatado com empréstimos e não com a criação de moeda. A inflação de origem fiscal terminou. Perante isto, continuou a inflação. Algumas pessoas defendem que é inflação inercial. Uma inflação inercial que demora dois anos?

Há algum tempo que especialistas angolanos defendem essa teoria, alegam que persistem mecanismos de formação de preços que resultam da volatilidade da economia angolana, dos monopólios, do alto risco que os empresários enfrentam e que este cenário provoca uma pressão natural na inflação.

Isso é quando as pessoas não conhecem a causa do problema. Então alegam qualquer coisa. A causa da inflação é importada. A inflação não começa no Orçamento Geral do Estado (OGE), começa na balança de pagamentos. Enquanto não se encarar isto de frente



“Infelizmente, vamos mudar pelo caminho mais duro. Se o país continuar assim, não passam muitos meses e praticamente vamos ter de declarar falência”

e não se mudar o regime cambial vamos ter inflação: ela pode subir, baixar, mas vamos ter inflação elevada. Quando se corrigir o problema, a inflação cessa. E cessando a inflação, as taxas de juro podem baixar. Mais: a correcção da taxa de câmbio não deve servir apenas para impedir que a balança de pagamentos esteja na origem da inflação. A correcção deve eliminar o enclave do dólar no petróleo. No sector petrolífero não há taxa de câmbio, não há Kwanzas, as coisas funcionam em dólares. Ora bem, não é difícil provar, penso que os meus escritos têm explicado como, que o enclave é a causa da subavaliação da moeda angolana.

É possível explicar às pessoas que não dominam a teoria económica as motivações que deram origem a esta realidade? O sector petrolífero não tem confiança no Kwanza?

No tempo colonial não era assim, não havia enclave do dólar. Foi uma decisão que o primeiro governo independente decidiu tomar. Essa posição explica-se, penso eu, pelo clima que se vivia na altura. Queríamos criar o socialismo mas no sector petrolífero funciona o capitalismo. Então levantamos uma barreira, ali funcionam

com os dólares e nós com os Kwanzas. Vamos construir o socialismo com base na nossa moeda e temos ali um enclave, os trabalhadores são quase todos estrangeiros e tal. E criou-se este regime e nunca se colocou isso em causa. Ora bem, o que eu digo e não sou só eu, qualquer economista lhe diz, é que a taxa de câmbio de uma moeda reflecte a produtividade do trabalho desse país e a comparação entre essa produtividade e a produtividade nos EUA e nos seus parceiros económicos. Mas para isso é preciso que toda a produção seja amodada, digamos assim, na moeda nacional, que os salários sejam todos pagos em moeda nacional. Se você está a pagar salários directamente em dólares, está a excluir esses trabalhadores da produtividade angolana. Estamos a falar dos trabalhadores com mais produtividade em Angola.

Ou seja, a grande força económica do país, que é o petróleo, não está a alimentar o valor da moeda nacional, na sua opinião.

Exactamente. Agora temos de entender o seguinte: o facto dos trabalhadores que lá estão transferirem a maior parte dos salários para fora do país, não impede que o Kwanza se valorize. Uma coisa são os efeitos, outra coisa é a causa. A causa da desvalorização é a comparação da produtividade. O efeito na taxa de câmbio são os pagamentos que se fazem ao exterior do país.

Como se reverte este cenário, com leis?

É uma lei, evidentemente, mas o BNA tem de se preparar para cumprir essa lei. Há dois anos ou três o BNA começou com este processo.

Mas recuou passados poucos

meses, pareceu-me que sob pressão de várias forças vivas.

Essas forças vivas manifestaram-se porque a coisa não estava a funcionar bem ao nível do sistema bancário. É preciso que o sistema bancário se sofisticar um bocadinho para que o sector petrolífero não tenha de esperar para comprar divisas. Isso são questões técnicas que o BNA deve atender e que têm soluções fáceis. Não há motivos para pensar que os problemas técnicos são muito difíceis de ultrapassar. Em primeiro lugar, no tempo colonial, funcionava assim. Em segundo lugar, no México, no Brasil, nos outros países que exportam petróleo funciona assim. Não estamos a criar nada de especial em Angola. Pelo contrário, estamos a tentar sair de uma situação especial em Angola.

As multinacionais do sector petrolífero são contra a introdução do Kwanza nas suas operações?

Não são contra porque eles trabalham assim em todos os países do mundo, países como Angola são a excepção. Aparentemente, estão confortáveis com a situação. Mas, na realidade, não estão, sobretudo a longo prazo, porque eles querem fazer parte da economia angolana, não querem fazer parte de um enclave. E se funciona assim em toda a parte do mundo, por que em Angola não pode funcionar? O que eles não querem é que esta reforma seja feita sem que o sistema bancário se ajuste e lhes permita trabalhar. Se os bancos continuarem a funcionar da mesma maneira, sem se modernizar, e se o Governo acabar com o enclave do dólar, vamos ter problemas. É verdade. Se assim acontecer, mais vale não fazer nada e deixar tudo como está.

Existe capacidade interna para implementar esta mudança?

Penso que sim, as coisas evoluíram muito desde o tempo colonial. Não havia computadores. As pessoas, para reunirem uma bolsa, tinham de se apresentar fisicamente. Hoje, precisamos é de um software adequado. O nosso sistema de câmbios ainda é, como posso dizer, emergente. Ainda não está sofisticado. Por exemplo, apenas realizamos operações "spot" ou de troca imediata de moeda. Eu compro dólares agora e você vende-me. Falta implementar as operações de futuros, para que seja possível comprar dólares para receber dentro de uma semana ou quinze dias. É preciso que o BNA faça a supervisão e o controlo dos bancos comerciais. Quando a empresa petrolífera comprar moeda para dali a 15 dias ou um mês, o banco deve ter os dólares em reserva. Não os pode aplicar noutras funções. É só isso. Hoje em dia, com computadores, é fácil de concretizar.

Os seus cálculos indicam que estas medidas reduziriam a inflação dos actuais níveis (bem acima dos 20 por cento/ano), para os valores que referiu, em apenas seis meses. Não será demasiado optimista?

Não, a experiência de todos os países do mundo que passaram por inflações elevadas diz-nos que a taxa de inflação cai rapidamente ou não cai. Isso de cair lentamente não existe, nunca existiu. Por que em Angola será assim?

Que opinião tem sobre a suposta liberalização da taxa de câmbio e sobre as medidas cambiais que têm sido tomadas pelo BNA?

O BNA gostaria que os bancos comerciais fizessem flutuar o valor da moeda. Mas no circuito actual tem de ser o BNA a fixar a taxa. Só quando se mudar o circuito cambial é que os bancos comerciais vão conseguir encontrar a taxa ideal.

Refere-se à questão do enclave do dólar?

Não, refiro-me ao mecanismo de formação da taxa de câmbio. Actualmente, os bancos comerciais emitem moeda quando compram dólares e cancelam moeda nacional quando vendem dólares. Nesse sistema, é impossível aos bancos fazerem flutuar a taxa de câmbio. Custa tanto a um banco emitir um Kwanzas ou 1 milhão de kwanzas - o custo é praticamente igual, é o tempo que demora a escrever num computador 1 ou 1 milhão. A diferença é quase irrelevante. O BNA tem de criar um sistema igual ao que existe em todos os países, em que o mercado cambial está organizado de tal maneira que um banco, quando compra divisas, endivida-se face ao banco central. E quando vende as divisas paga a dívida. Se for criado este sistema, os bancos vão poder flutuar e estabilizar a taxa de câmbio.

Enquanto não for assim, teremos a situação que vivemos actualmente.

Imagino que, pelos cargos que desempenhou e pela proximidade que tem com pessoas do Governo, já teve oportunidade de apresentar estas questões a um nível superior.

Não, talvez algumas conversas, mas nunca coisas sérias. Quando estive no Governo assumi um cargo secundário, de vice-governador e secretário de Estado dos Transportes, em áreas que não eram adequadas para desenvolver estes temas. Aqui não há muito diálogo. Por isso, preocupo-me em exprimir a minha opinião por escrito. Estou a escrever livros, escrevo um artigo ou outro; é o meu contributo. O que posso fazer?

Algumas pessoas defendem que a falta de diálogo se tornou quase um estilo de liderança no país e está replicada a vários níveis. Acredita que este contexto desencoraja a troca de ideias que originem soluções comuns e sustentáveis?

É um problema. Não existe debate. A situação que se criou com os meios de comunicação de massas e com as redes sociais ainda veio dificultar mais o processo. Porque as pessoas sérias não podem debater quando aparecem pessoas menos sérias, que sabotam tudo, que falam mal de tudo e todos. As pessoas sérias não querem entrar nessas coisas.

Que soluções poderiam ser implementadas para fomentar o diálogo e encontrar soluções?

Infelizmente, vamos mudar pelo caminho mais duro. Se o país continuar assim, não passam muitos meses e praticamente vamos ter de declarar falência. Se continuarmos assim, não demoram muitos meses até que o Governo admita que não tem dinheiro para pagar salários. Numa situação destas temos que nos unir e colocar os argumentos em cima da mesa, para que quem manda no país decida o caminho a seguir. Tenho a sensação de que esta altura vai chegar e darei o meu contributo. Sem olhar a cargos.

As suas intervenções recentes têm como destinatário principal os executantes da política monetária. Gostaria de ser governador do BNA?

Não. Gostaria se fosse mais novo, gostaria muito. Neste momento, já estou velho, só me ia dar chatices, suponho. Sou a favor que se aposte em pessoas mais jovens. O que não quer dizer que, pelo facto de se apostar em pessoas mais novas, elas desprezem completamente os mais velhos. Podem aproveitá-los como assessores, conselheiros, enfim, nesse caso, estou pronto. Neste momento, tenho outras ambições, mais introspectivas; quero escrever e ficar junto dos meus filhos para tentar orientá-los. O meu tempo ideal de vida pública já passou.

**“Podemos fazer capitalismo popular com o café”**

Desde as últimas eleições que a retórica sobre a agricultura mudou, agora atribui-se-lhe mais importância, depois de um período de esquecimento e de políticas equivocadas. Isto deu origem a uma série de medidas específicas para animar o sector. Como tem experiência de gestão no projecto Aldeia Nova, que actua na agro-pecuária, qual é a sua opinião sobre este novo fôlego?

O trabalho no projecto Aldeia Nova foi um dos períodos mais felizes da minha vida. Espantou-me, porque sempre estive mais nas questões macro-económicas e fiquei encantado com a agricultura. Não sou um especialista mas pude aperceber-me de algumas coisas. De uma forma muito simples e sintética, o grande problema da agricultura é o acesso à terra. Uma única pessoa pode registar mil ou 2 mil ou 10 mil hectares em seu nome, mesmo quando nem tem dinheiro para vedar o terreno. Isto não pode acontecer. Uma condição essencial para registar a terra é ter capacidade para vedá-la. Isto não quer dizer que seja possível fechar caminhos de acesso à água ou a outras estruturas comunitárias. Em toda a parte do mundo, há leis para proteger estas coisas. Se fossem obrigadas a vedar, a maior parte das pessoas já não se candidataria a tantos hectares. O segundo aspecto é que muita gente se apropriou de terra e não a cultiva. Está à espera de um pai natal, de um padrinho que lhe pague uma renda muito boa e que faça agricultura por ela. Isto não existe. Arrenda-se terra mas dentro de preços módicos. Este é o grande problema que nós temos. Depois, o escoamento, as estradas, a falta de organização dos mercados. Mas estes problemas vão se resolvendo, se houver força produtiva. O que se passa hoje é que não existe essa força, quem pretende investir nos terrenos do outro? Quem recebe terras por razões políticas nem as veda, nem as cultiva.

Mas a agricultura familiar está no terreno e tem essa força e experiência de trabalho.

E estão afastados das terras mais férteis. Mesmo assim, a maior parte dos produtos que consumimos tem origem nesta agricultura. Temos de apoiar a cultura familiar, mas com regras de propriedade: pequenas quintas familiares em que a terra é mesmo do agricultor. E organizar os mercados. Por exemplo, no Cuanza Norte, que é a minha província, mas o Cuanza Sul também deve ser citado neste exemplo, Angola tinha um tipo de café, o robusta, que era cotado em Londres. Não foi um tipo de café importado. É natural. As plantas continuam por aí. O café robusta é angolano. Penso que o Governo tem interesse em promover esta

cultura. Surge o problema de eu plantar um cafeeiro novo e só daqui a cinco anos é que está pronto para ser comercializado: então o Governo tem de apoiar o agricultor durante cinco anos.

Com financiamentos?

Tem de providenciar uma espécie de salário durante cinco anos. Nesse período, o agricultor só paga os juros, ao mesmo tempo que cultiva e comercializa outros produtos agrícolas para garantir alimentação e algum rendimento. Passados cinco anos, ele reembolsa o capital e está um homem rico. E você pode fazer um capitalismo popular numa província como o Cuanza Norte ou Sul, com o café. Quem diz o café diz outros produtos, como o cacau.

As frutas, o tomate ou o peixe têm bom potencial de exportação.

E as flores, não se esqueça das flores. O Cuanza Norte é das regiões do mundo com melhor aptidão para o cultivo de flores. Portanto, o Governo poderá promover estes negócios.

Isso implica uma análise do potencial e dos mercados e depois uma selecção de fileiras de produtos que seriam potencializados de várias formas (fomento empresarial, acesso ao crédito, formação em gestão e técnicas de cultivo, acesso ao mercado)?

Mas poucas fileiras. O Governo está a implementar o PRODESI, em que seleccionou 50 e tal fileiras de produtos para apoiar. Isso é megalomania. 50 e tal produtos é toda a economia angolana, não devemos produzir muito mais do que isso. Se retirarmos o petróleo e os diamantes, está lá tudo, como será possível comandar toda a produção privada angolana? Sonhamos outra vez com o socialismo. O Governo comanda a economia pública, as escolas, a saúde e, depois, na economia privada, pretende dirigir 50 e tal produtos. O Governo não tem meios financeiros para isso. Para que os bancos orientem o crédito é preciso que o Governo dê garantias. O Governo também não pode estar a indicar quem é que importa. Um programa deste género teria fundamento se estivessem a falar de, no máximo, 10 fileiras de produtos. E já é muito. Cinco ou seis seria melhor.

Às vezes, parece que o país vive numa economia de mercado, porque é isto que as leis indicam, mas depois, durante a noite, continuamos a sonhar com o socialismo. Concorda que se mantém esta dualidade?

Concordo! É preciso assumir, de uma vez por todas, porque na prática já somos, que Angola é uma economia capitalista. Mas que precisa de

uma economia pública forte no domínio da educação, da saúde, das infra-estruturas, da ordem, da segurança. Por outro lado, precisamos de incentivar a liberdade dos empresários e não esmagá-los com impostos. O pior que pode acontecer é aumentar novamente os impostos, os impostos têm de diminuir substancialmente.

Mas o Governo precisa de mais receitas.

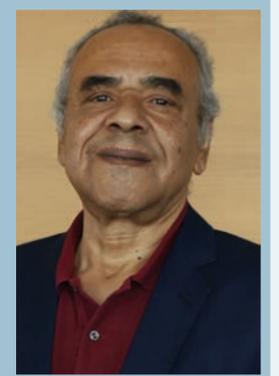
Então é preciso diminuir as despesas do Governo. As subvenções, por exemplo, devem ser abolidas. Ao mesmo tempo que acabam as subvenções, é necessário baixar os impostos dos bens essenciais para compensar as famílias e as empresas. O Governo não deve acabar com as subvenções para ter mais receitas. Deve acabar com as subvenções porque isso lhe permite que esses sistemas se auto-financiem (falamos da água, electricidade, combustíveis). O Governo só vai aumentar a sua receita quando a iniciativa privada estiver a crescer. Se o Governo quiser aumentar as receitas antes da economia privada crescer, vai impedir a de se desenvolver.

Concorda com a introdução das transferências monetárias directamente para as famílias?

Estamos numa situação dramática, é por isso que o Presidente da República está a insistir tanto na implementação destes programas. Quem anda pelas ruas e está atento às pessoas reparo que os angolanos estão a emagrecer. Nesta situação, temos de ajudar as famílias. Em princípio, não se deve dar nada a ninguém. Mas quando é preciso temos de o fazer, são pessoas, são nossos compatriotas.

Neste momento, está a ser implementado um programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), negociado pelo Governo. As receitas do FMI são quase sempre contestadas. Qual é a sua opinião?

Os programas do FMI têm coisas muito válidas, o problema é que o FMI também não identificou qual é a causa da inflação. Não tem nenhum conselho a dar e deixa o Governo tomar as suas opções. A ajuda do FMI neste momento é boa, muitas medidas são aceitáveis, mas não é fundamental. Também está com a teoria da inflação inercial. Outra coisa importante é evitar o aumento dos impostos - não estou a dizer que eles defendem medidas deste género. Mas se houver negociações a sério com o FMI, podemos acabar com as subvenções, tudo bem, mas nos próximos dez anos, os impostos devem baixar, baixar, baixar. Se a economia crescer, o Governo irá arrecadar muito mais receitas.

**PERFIL**

O economista angolano de 65 anos, especialista em macroeconomia, é natural do Cuanza-Norte. Depois do SEF, no final da década de 1980, acumulou vários cargos e experiências em diversos sectores, inclusive no Governo

Também é notória a ascensão das teorias liberais ou mesmo neoliberais em Angola, tanto nas redes sociais, como no espaço público e até nas altas esferas do Governo. Mas por vezes este discurso, que defende a retirada total do Estado da economia, entre outras coisas, parece chocar com as necessidades do país, que apresentam vastas zonas sem um único edifício ou serviço público, sem escolas, sem hospitais, sem estradas.

Não concordo com esses posicionamentos, são ideias que nasceram em países estabelecidos e com bons sistemas de estado social. Na Suécia, podemos colocar as questões nesses termos, são países que estão noutra onda. Nós estamos em Angola. Um dos erros dos últimos anos, no tempo de JES, foi ter deixado a saúde e a educação para os privados. O crescimento neste sector foi deixado para os privados. As consequências estão à vista. Não quer dizer que não existam parceiros. É difícil calcular em abstracto, mas diria que 80 por cento destes sectores essenciais devem ser responsabilidade do Estado. Para além disso, os privados devem ser disciplinados. Por exemplo, o Governo pode obrigar as universidades privadas a submeterem-se a um mecanismo de classificação das instituições, à semelhança dos restaurantes e hotéis. Seria uma forma das pessoas se situarem, enquanto se vai promovendo a concorrência na educação. O Governo também precisa de seleccionar os melhores cérebros através de concursos e exames nacionais. E na saúde a mesma coisa. Os privados estão para ajudar. A responsabilidade maior é do Governo. Ninguém no mundo é contra isto.

OPINIÃO

A miopia dos arautos da desgraça

Francisco Juliana |*

As teorias modernas da economia de mercado têm como pedras basilares dois teoremas de enorme relevância e alcance para o momento que vive a nossa economia.

O primeiro refere que num mercado em que os agentes dispõem do mesmo nível de informação (informação simétrica) e não existem monopólios e outras imperfeições de mercado, a alocação de recursos é feita num ambiente de concorrência perfeita e do mesmo resultará uma situação de eficiência económica.

O segundo teorema refere que neste ambiente de concorrência entre os agentes do mercado, nem todos terão o mesmo nível de sucesso e haverá mesmo aqueles que necessitarão do apoio do Estado para que possam ter uma vida digna. Surge aqui justificada a intervenção do Estado no seu papel de redistribuição do rendimento nacional.

Em síntese, enquanto o primeiro teorema da economia de mercado se refere à necessidade de existir eficiência na alocação dos recursos existentes numa dada sociedade, o segundo teorema tem a ver com o apoio aos mais vulneráveis, através de uma acção do Estado de redistribuição do rendimento criado por todos.

Estes dois teoremas são aqui trazidos para nos ajudarem a compreender a situação actual da economia angolana.

Como é de conhecimento público, Angola conseguiu finalmente a Paz no ano de 2002 e desde 2003 o país entrou numa trajetória de crescimento rápido até ao ano de 2014. Nesse período, isto é, de 2003 a 2014 o crescimento médio anual de Angola foi de 8 por cento. Houve mesmo um espaço de tempo de 2004 a 2008 em que o crescimento médio foi de 12,54 por cento. Angola era dos países que mais crescia no mundo.

Entretanto, no período de 2015 a 2019, o crescimento médio anual de Angola foi negativo em cerca de 1 por cento. Com excepção do ano de 2015 em que o país exibiu um crescimento pálido de 0,9 por cento, em todos os restantes anos desse período o crescimento foi negativo.

O que terá estado na base desta mudança tão radical na trajetória de crescimento de Angola?

A resposta está no facto deste forte crescimento do período de 2003 a 2014 ter sido puxado fundamentalmente por investimentos públicos e não por uma economia baseada num sector privado forte, empreendedor e competitivo.

Entre 2003 a 2014, Angola terá gasto em média cerca de 9 mil milhões de dólares em investimentos públicos, com

recursos provenientes fundamentalmente do sector petrolífero. Nessa altura o preço do barril do petróleo no mercado internacional chegou a atingir a média anual de 102 dólares americanos entre os anos de 2010 a 2014.

No período de 2015 a 2019 os gastos com investimentos públicos caíram para uma média anual de 5 mil milhões de dólares americanos. O preço do barril do petróleo no mercado internacional baixou para uma média anual de cerca de 57 dólares norte-americanos

O que temos então como evidência é que quando o preço do petróleo no mercado internacional está relativamente alto, os investimentos públicos aumentam e a economia cresce. Inversamente, quando o mercado do petróleo está em baixa, os investimentos públicos diminuem e a economia reduz drasticamente os níveis de crescimento.

Esta constatação revela uma fragilidade estrutural da economia angolana, isto é, a sua grande dependência dos investimentos públicos financiados por recursos provenientes do sector petrolífero ou de dívida pública.

A nosso ver, este paradigma tem de ser definitivamente alterado de modo a que o sector privado (não petrolífero) passe a ter um papel mais activo no desempenho da economia angolana e com a sua acção diminua o peso do sector dos petróleos no PIB de Angola. Só deste modo poderemos ter no país uma economia que consiga exibir níveis de crescimento sustentados ao longo do tempo e baseados em critérios de competitividade e de eficiência.

E como fazer isso? Para além de todos os aspectos que têm a ver com a melhoria do ambiente de negócios em Angola e do seu capital humano, há aqui a destacar 3 variáveis fundamentais as quais é preciso prestar uma atenção especial: a taxa de juro, a taxa de inflação e a taxa de câmbio.

Devido a redução do preço do petróleo no mercado internacional, Angola tem apresentado desde o ano de 2015 saldos orçamentais negativos nas suas contas públicas. O saldo negativo mais elevado foi atingido no ano de 2017, com uma cifra de -6,9 por cento do PIB.

Como resultado das medidas de consolidação fiscal levadas a cabo pelo Executivo do Presidente João Lourenço, esta trajetória foi revertida e nos anos de 2018 e 2019, Angola passou a apresentar saldos orçamentais positivos em vez de défices.

Com saldos orçamentais positivos as necessidades de endividamento do Estado diminuem e, com isso, as taxas de juro de mercado tenderão a diminuir.

Quando as necessidades de endividamento de um país são altas, as taxas de juro também são altas, porque os que investem na compra da dívida do Estado querem ser compensados pelo risco que correm ao se envolverem em tal transacção.

Taxas de juro altas afastam o investimento do sector privado na economia real e os bancos têm pouco incentivo em emprestar dinheiro aos empresários porque ganham muito mais com a compra da dívida do Estado.

Por isso, ao passar a apresentar saldos orçamentais positivos o Executivo está no bom caminho no sentido de diminuir de modo sustentado e gradual as taxas de juro prevalentes na economia.

A taxa de inflação também tem tomado uma trajetória decrescente. Depois de ter atingido o nível de 41 por cento em 2016, a mesma alcançou a taxa de 17 por cento em 2019. Os níveis são ainda relativamente altos em termos absolutos, mas não há dúvidas de que a sua tendência é claramente descendente.

Com taxas de inflação mais baixas as taxas de juro nominais serão também mais baixas, porque quanto maiores forem as taxas de inflação maiores serão as taxas de juro nominais.

Noutras palavras, o facto de se ter controlado os saldos orçamentais conjugados com uma trajetória decrescente das taxas de inflação, conduzirá a uma diminuição gradual e sistemática das taxas de juro nominais da economia.

As medidas de estabilização do mercado cambial que estão em curso desde 2018 e com mais intensidade a partir do último quarto do ano de 2019, por se basearem numa maior flexibilidade da variação da taxa de câmbio têm conduzido a uma maior depreciação da moeda nacional em relação às principais moedas internacionais.

Contudo, nas condições actuais de uma acentuada falta de recursos externos do país, esta parece ser ainda a medida mais ajustada. Se o ajustamento não se fizesse pela via da depreciação da taxa de câmbio, então as autoridades monetárias teriam de estar em condições de pôr à disposição do público a quantidade de moeda externa demandada pelo mesmo com base numa taxa de câmbio "administrativa", o que não é exequível nas condições actuais, pois voltar-se-ia ao cenário de monopólio no acesso às divisas, a especulação agressiva da moeda e a dinamização de mercados alternativos para pagamentos de bens e serviços importados.

A gestão do mercado cambial com base em taxas de câmbio "administrativas" foi o

percurso que foi seguido até ao ano de 2017 e que, claramente estava a levar o país a total exaustão das suas reservas internacionais Líquidas.

Basta ver que de Dezembro de 2016 a Dezembro de 2017, Angola viu as suas Reservas Internacionais Líquidas diminuir em mais de 7 mil milhões de dólares americanos. Na verdade, entre 2015 e 2017, período em que se agudizou a crise, as Reservas Internacionais caíram em cerca de 50 por cento.

Entretanto, no período de Dezembro de 2018 a Dezembro de 2019, fruto das transformações introduzidas no mercado cambial, as Reservas Internacionais Líquidas em vez de diminuir aumentaram em cerca de mil milhões de dólares americanos. Este facto ocorreu pela primeira vez desde o ano de 2013.

Por outro lado, a conta cor-

Se os gastos do Estado não tivessem sido diminuídos e racionalizados a partir de 2018 e por esta via não tivesse havido uma forte diminuição das necessidades de endividamento do Tesouro Nacional, provavelmente estaríamos hoje no abismo e para sair dele teríamos de enfrentar altos custos de natureza económica, financeira e reputacional, podendo, em última análise, por em causa a soberania do país

rente da Balança de Pagamentos que era negativa desde 2015, passou a exibir saldos positivos nos anos de 2018 e 2019. Estima-se que a Balança de Pagamentos de Angola tenha sido superavitária em 2019, pela primeira vez, depois da crise económica e financeira iniciada em 2014. A depreciação da moeda nacional torna as importações relativamente mais caras, o que fez com que em 2019 as importações de bens e serviços, em particular de bens alimentares tivessem diminuído em cerca de 31 por cento.

Este efeito da depreciação da moeda é positivo porque

induz os agentes económicos a apostarem na produção nacional em vez de simplesmente importarem os produtos de maior consumo popular.

Depois do que foi referido acima, parece não restarem dúvidas de que as medidas que têm sido tomadas pelo Executivo estão correctas e estão apontadas no sentido de ser dado o verdadeiro espaço ao sector privado e deste modo mudar definitivamente a estrutura económica de Angola, tornando o país menos dependente dos recursos do petróleo ou do excessivo endividamento.

É algo de que muito se falou em discursos no passado, mas que nunca foi aplicado de modo abnegado e corajoso.

Agora que as medidas e as reformas apropriadas estão a ser implementadas, por que razão aparecem vozes que estão apenas interessadas em apresentar um quadro negro da situação actual do país e a evidenciar uma visão miope que não consegue ver que os resultados das políticas actuais vão ser verificados mais à frente e não de imediato?

Esta visão miope não só não assenta só em bases teóricas fortes mas é também perigosa do ponto de vista da formulação das políticas públicas em Angola, porque pode levar a que nos acomodemos às políticas adoptadas no passado e que jamais alcancemos a almejada alteração da sua estrutura económica.

Se os gastos do Estado não tivessem sido diminuídos e racionalizados a partir de 2018 e por esta via não tivesse havido uma forte diminuição das necessidades de endividamento do Tesouro Nacional, provavelmente estaríamos hoje no abismo e para sair dele teríamos de enfrentar altos custos de natureza económica, financeira e reputacional, podendo, em última análise, pôr em causa a soberania do país.

As medidas tomadas do ponto de vista fiscal ao diminuir os gastos globais do Estado, conduziram também a diminuição dos investimentos públicos e como o crescimento de Angola tem estado muito associado aos investimentos públicos, levaram também a uma retracção dos níveis de crescimento. Com a retracção da economia cresceram os níveis de desemprego do país.

Falar e exaltar os níveis de desemprego hoje prevalentes em Angola fora deste contexto não é um exercício de rigor técnico e analítico.

Não nos podemos esquecer que Angola vive uma situação de recessão económica desde 2015, que não foi causada pelos decisores políticos actuais.

Num ambiente de recessão económica, cresce o desemprego e em termos definitivos tal situação só pode ser resolvida

com o crescimento dos sectores não petrolíferos, como a agricultura, a agro-indústria, a indústria transformadora, a indústria extractiva, as pescas, a construção, o turismo e outros domínios que são intensivos em mão-de-obra.

Com o crescimento sustentado destes sectores vai aumentar o emprego no país, vão aumentar os rendimentos dos cidadãos e, por conseguinte, vão aumentar as condições de vida e o bem-estar dos angolanos.

E quem deve alavancar o crescimento destes sectores devem ser os empresários e as empresas privadas que deverão converter-se no motor da economia angolana.

As políticas com vista ao aumento da produção nacional estão a ser implementadas com objectividade e firmeza e certamente os seus resultados serão vistos e sentidos nos próximos anos. Temos de ter consciência de que as mudanças estruturais numa economia não se fazem de um dia para o outro. Levam o seu tempo e durante o período de transição de um estado da economia para o outro surgem alguns fenómenos sociais não desejáveis. Mas o percurso tem de ser feito.

Para atenuar os efeitos destes fenómenos sociais não desejáveis o Estado deve intervir com programas expressamente delineados para este fim, como por exemplo os programas de combate à pobreza e outros. Assim o diz o 2º teorema da economia de mercado a que fizemos referência logo no início.

Os chineses têm um provérbio que diz que uma longa caminhada começa com o primeiro passo. Este passo já está dado. Agora é preciso seguir em frente e não vacilar.

Se não levarmos a cabo com determinação e coragem as políticas que nos conduzirão a uma mudança da estrutura económica de Angola, o 1º teorema da economia de mercado a que também fizemos referência no início deste artigo não se materializará e a economia angolana permanecerá sempre dependente do sector público e dos investimentos públicos para crescer e Angola jamais alcançará os níveis de competitividade necessários para ter uma economia dinâmica, forte e competitiva. E o sector privado nunca será capaz de se converter no motor da economia.

A concorrência e a competição entre os agentes económicos são essenciais para que haja eficiência numa sociedade.

Não percamos de vista que os grandes talentos empresariais e de outros domínios da vida apenas aparecem em ambientes de competição e inovação. Esta é a principal implicação do princípio da destruição criativa de Shumpeter.



■ LUNDA-NORTE:

Um património por reconhecer

Lunda-Norte está em festa. Hoje, 4 de Julho, a província, reconhecida pelos diamantes e pela dimensão cultural, celebra 42 anos de existência. Numa altura em que o país e o mundo buscam soluções para evitar a propagação e combater a pandemia da Covid-19, as autoridades da Lunda-Norte pretendem apresentar ao Executivo uma proposta para a inscrição da província como Património Mundial da Humanidade da Unesco, tendo em conta a sua grandeza histórica e cultural no contexto dos povos de Angola



Victorino Matias | Dundo

Como outras províncias, Lunda-Norte procura dar passos céleres para o futuro, sem esquecer o seu passado, reconhecidamente valioso. As autoridades lutam para preservar a estrutura arquitectónica das suas vilas. “A arborização e o verde da relva tratada era a imagem que o Dundo e as antigas vilas construídas pela Diamang tinham a oferecer aos moradores e visitantes das outras paragens do país e do mundo”, sublinha Josefo Fernandes, chefe de Departamento da Cultura e Património Histórico do Gabinete da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos da Lunda-Norte.

Com um estilo arquitectónico caracterizado pelo uso de tijolo queimado, as habitações têm também a particularidade de uma ornamentação com espaço verde considerável que lhes conferia uma imagem singular, acolhedora e atraente. Os pormenores do desenho arquitectónico das vilas urba-

nas da Lunda-Norte têm até certo ponto uma dimensão identitária e por isso considerado como um património histórico local.

O início da construção das casas, antes designadas por acampamentos mineiros, está relacionado com a história da descoberta dos primeiros sete diamantes, no riacho Mussalala, afluente do rio Tchiumbwe, Nordeste de Angola. Uma trajectória secular que remonta dos longínquos anos de 1912/1917, ponto de partida da actividade de operações mineiras em Angola.

As residências, na sua maioria de tipologia T2 e T4, foram construídas pela então Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) no Dundo (a sede provincial), Nzagi (antiga vila do Andrade), Cassanguidi, Fucauma, Luxilo Cossa, Maludi, Lucapa, Calonda e Cafunfu. As casas tinham sido projectadas para finalidade de albergar trabalhadores da multinacional diamantífera.

O estilo das habitações da agora cidade do Dundo e as

outras vilas urbanas construídas pela Diamang constitui um acervo cultural que carece de preservação. “A nossa preocupação reside hoje no facto de não ter sido preservado”, salientou Josefo Fernandes, que defende a valorização da grandeza do património material e moral dos povos, a julgar pela sua importância na promoção do turismo cultural.

Josefo Fernandes lembrou que existiam na vila antiga do Dundo jardins zoológicos e botânicos que constituíam verdadeiros postais para os visitantes. “Aqueles espaços fazem parte da memória colectiva das populações desta circunscrição, mas infelizmente por falta de interesse e valorização acabaram por desaparecer”, lamentou.

Cultura e Desporto

Lunda-Norte não era só diamantes. A província já foi reconhecida no país e na África Austral pela prática de modalidades como tiro aos pratos e ténis de campo, além das piscinas que tinham

impacto positivo na promoção das actividades olímpicas, proporcionando momentos de lazer e turismo.

As estruturas em referência, segundo Josefo Fernandes, estavam implantadas no Dundo e nas vilas Nzagi, Lucapa e Calonda. Sob olhar das autoridades, os espaços dos jardins zoológicos e botânicos, por exemplo, foram invadidos e substituídos por construções anárquicas

Aldeia Museu

Entre os espaços de amplo valor cultural que a província da Lunda-Norte tinha pelo menos até início da década de 1990, figura a Aldeia Museu, um lugar privilegiado que servia para a transmissão de ofícios, da velha para novas gerações. O recinto, adstrito ao Museu Regional do Dundo, era referência obrigatória, que permitia que os jovens fossem instruídos na arte de tocar instrumentos musicais, como Ngoma e Nguvu (bataques) e a dançar os estilos da Txianda, Makopo, Candoa, Maringa, incluindo aulas de técnicas

de fabrico de esculturas de madeira em estatuetas.

Josefo Fernandes apela ao resgate dos hábitos e costumes da população, como forma de se perpetuar a memória dos ancestrais, passando os ensinamentos da tradição à nova geração. “Em termos de Cultura, nesses 42 anos de existência da província, precisamos recordar tudo de bom que tínhamos, mas que perdemos por culpa da nossa negligência”, disse, para acrescentar: “queremos resgatar o que é nosso de facto, há muita coisa que se perdeu”.

Candidatura a património

À semelhança de Mbanza Congo e pela dimensão cultural, as autoridades da Lunda-Norte pretendem apresentar ao Executivo uma proposta para a inscrição da província como Património Mundial da Humanidade da Unesco.

As autoridades entendem que, tendo em conta a grandeza histórica e cultural no contexto dos povos de Angola,

existem argumentos que justificam a elevação da Lunda-Norte à categoria de património da Humanidade.

Josefo Fernandes indica que foram desenvolvidos trabalhos preliminares, contou o apoio da Universidade Lueji A'Nkonde, com vista ao levantamento e inventariação dos principais monumentos, acervos e sítios que têm a ver com a história dos povos Lunda.

Um dos grandes símbolos da província é a máscara “Mwana Pwo”, que representa a beleza e o encanto das mulheres Cokwe, e o “Samanhonga” (Pensador), peças que mais atraem os turistas que visitam esta região.

A província da Lunda-Norte é constituída por grupos etnolinguísticos os Cokwes, Lundas (Arund), Balubas, Kakhongo, Imbangalas, Bondos e Songos, entre outros, que se revêem no rico folclore e na execução da arte de produção do artesanato, com destaque para as esculturas de madeira e a construção de habitações típicas tradicionais.



■ ERNESTO MUANGALA AO JORNAL DE ANGOLA

“Queremos o desenvolvimento harmonioso para combater as desigualdades”

Governo da Lunda-Norte aposta na revitalização dos antigos perímetros agropecuários da ex-Companhia de Diamantes de Angola,

Lunda-Norte é reconhecida pelo seu potencial diamantífero, mas o impacto da exploração na vida social e económica dos habitantes está longe do esperado. Por isso, as autoridades apostam em projectos fora do sector diamantífero, como agricultura, pecuária e o turismo cultural. Em entrevista ao Jornal de Angola, o governador Ernesto Muangala afirmou que o maior desafio do seu governo tem a ver com o desenvolvimento harmonioso, com vista a reduzir as desigualdades sociais, formar quadros e criar infraestruturas para o crescimento económico da província

Armando Sapalo | Dundo

Que projectos o Governo provincial tem para este ano?

De acordo com a visão estratégica escolhida para a província e com os compromissos assumidos perante a população, os projectos vão ao encontro das grandes áreas de desenvolvimento. Destacamos o desenvolvimento humano e bem-estar das famílias, a redução da pobreza e desigualdades sociais. Portanto, o nosso maior desafio, tem a ver com o desenvolvimento harmonioso. Outra grande área está relacionada com as infraestruturas, como o sistema de produção, tratamento e distribuição de água potável, desde as zonas urbanas, periurbanas até rurais e saneamento básico, por via de serviços adequados de tratamento das águas residuais. Portanto queremos levar água para o consumo e para o sector produtivo. Projectamos, também, a melhoria de acessibilidade e transportes, uma vez que a rede viária da província é de mais de 2.542 quilómetros de extensão de estradas da rede fundamental, para as quais é necessário garantir trabalhos de conservação e manutenção, com vista a assegurarmos a circulação de pessoas, e mercadorias essenciais em toda a província.

Quanto à energia eléctrica?

Sobre o fornecimento da energia eléctrica, existem projectos delineados para a melhoria e aumento da capacidade de produção, desde a reabilitação e construção de redes de distribuição nas áreas urbanas, periurbanas e rurais. A construção de novas centrais hidroeléctricas e térmicas. Destacamos as obras de reabilitação, modernização e reforço de potência do aproveitamento hidroeléctrico do Luachimo de 8.4 para 34 megawatts de energia. Depois de concluídas as obras, além da cidade do Dundo, a central do Luachimo vai, também, levar energia aos municípios do Cambulo e Lucapa, incluindo as localidades de Fucauma, Cassnguidi, Luxilo, N'zagi e Calonda.

A verba atribuída anualmente à província, no quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE), tem sido suficiente para a concretização das acções preconizadas nos Programas de Investimento Público?

Os números constantes no OGE têm confirmado a tendência da economia do país. Aliás, o país vem atravessando um período conturbado devido aos efeitos negativos da queda do preço do petróleo. No entanto, o governo da Lunda-Norte tem procurado pôr em prática

acções para melhorar a situação económica e social, orientadas para o crescimento económico e geração de emprego.

Quais as principais dificuldades para a implementação dos projectos?

Nesse domínio, assinalamos quesitos de carácter transversal, tais como as causas decorrentes das restrições orçamentais, levando a que alguns projectos ou acções tenham sofrido ajustamento, em termos de execução. De igual modo, a instabilidade cambial contribuiu para pressionar os preços, no sentido ascendente e de forma galopante. A inflação continua a acelerar nos últimos tempos, desafiando a prossecução dos objectivos, principalmente na aquisição de

bens e serviços. O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) veio, certamente, para reduzir muitas dificuldades.

Como é que o PIIM está a ser implementado na Lunda-Norte?

O PIIM representa um Plano que pretende aumentar a autonomia dos 164 municípios do país. Ao nível da Lunda-Norte, estão a ser executados projectos em seis dos dez municípios, concretamente em Xá-Muteba, Chitato, Cambulo, Lôvua, Cuflo e Lubalo.

O que falta para chegar aos outros municípios?

Toda a documentação processual ligada ao PIIM da província da Lunda-Norte já se encontram no Ministério

das Finanças para efeitos de certificação e validação dos projectos. Esperávamos que todos os municípios já estivessem em execução os respectivos projectos e que os procedimentos burocráticos, no Ministério das Finanças, fossem céleres.

Quando se fala em Lunda-Norte, pensa-se logo em diamantes. Como está este sector?

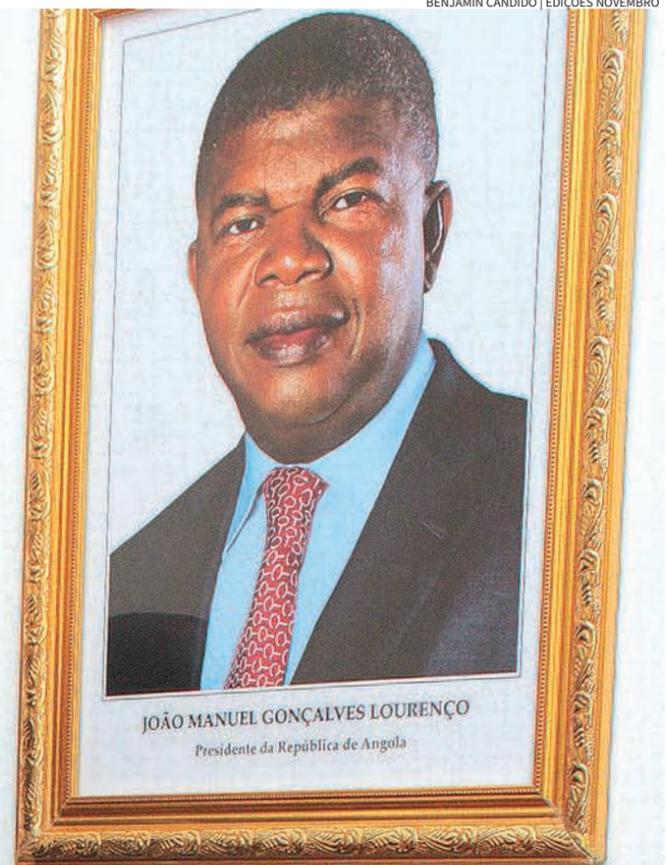
O nosso foco está na diversificação das actividades económicas. Queremos prosseguir com o programa de infraestruturização da província, de forma a assegurar o crescimento económico e a melhoria das condições de vida das populações. A prioridade é a definição e requalificação da rede viária provincial e intermunicipal,

sistema de distribuição e fornecimento de energia eléctrica, incluindo a iluminação pública e extensão dos sistemas de abastecimento de água.

Procuramos também incrementar a agricultura e a pecuária, evoluindo de uma agricultura rudimentar de subsistência para a produção de excedentes comercializáveis, promoção do comércio rural e a recuperação das antigas fazendas agropecuárias. Estamos também com as atenções voltadas para a produção de hortícolas, mandioca, batata-doce, frutas como banana e ananás em boa escala.

Concretamente que acções estão a ser realizadas no sector agro-pecuário?

Estão em curso acções que



BENJAMIN CÂNDIDO | EDIÇÕES NOVEMBRO

visam a revitalização das antigas fazendas ou zonas agro-pecuárias da então Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), com mais de 500 mil hectares, precisamente no Cossa, Maludi e Nordestes (município do Cambulo), Mucoloji (Chitato) e Calonda (Lucapa). Estamos a desenvolver acções de apoio à agricultura familiar, desde a entrega de insumos e máquinas agrícolas, assistência técnica com o objectivo de se aumentar os níveis de produção. Similarmente têm existido iniciativas para facilitar o acesso ao direito de superfície (títulos de concessões), em todos os sectores desde o empresarial, cooperativas, associações, e singulares, para permitir que tenham condições para o financiamento bancário. Assinalamos, também, com bom agrado uma acção já desencadeada que consiste num programa de erradicação da fome para mais de 350 famílias no município do Lóvuva, a cargo do Governo japonês em parceria com o Ministério da Agricultura e Pescas. Após a sua concretização no Lóva, pode estender-se para os demais municípios.

A Fazenda Cacanda, no Chitato, absorveu cerca de 29 milhões de dólares de fundos públicos para revitalização e foi inaugurada em 2012. Qual o impacto na economia da província?

A Fazenda Cacanda, desde à inauguração até pelo menos no primeiro trimestre de 2016, teve resultados satisfatórios com a criação de galinhas poedeiras e bovinos para a produção de ovos e carne de abate, bem como as hortícolas e frutas para o mercado local. O excedente, por sua vez, era escoado para os projectos mineiros locais, província da Lunda-Sul e, também, para a República Democrática do Congo. Grande parte dos factores produtivos (matéria-primas) da fazenda era importado. Com a recessão económica, as coisas ficaram mais complicadas e, consequentemente, a empresa israelita Agrícola, responsável pela recuperação da fazenda, viu-se impossibilitada de operar, o que resultou na redução da produção e rescisão do contrato com o Executivo. Entretanto, surgiu no mercado, a empresa Gesterra

—

Criada da divisão da então província da Lunda, ao abrigo do Decreto Presidencial nº 86/78, de 4 de Julho, Lunda-Norte é a terceira maior província do país. Com 103.760 quilómetros quadrados de extensão, a província tem mais de 900 mil habitantes, nos seus dez municípios e 25 comunas, de acordo com os dados do último Censo Geral da População e Habitação

que, em parceria com a Agressurb, estão a fazer a gestão da fazenda. Admitimos que há muita oscilação na produção, chegando mesmo a não cobrir a demanda do mercado.

Qual é o impacto da exploração dos diamantes na vida social e económica da população da Lunda-Norte?

Desde sempre, os projectos e as sociedades mineiras foram chamados a inscreverem nos seus programas de trabalho, matérias ligadas a acções sociais, sobretudo junto das comunidades onde desenvolvem as actividades. São erguidas escolas e postos de saúde em algumas comunidades da nossa província e são, igualmente, intervenções algumas vias secundárias, que permitem a circulação de pessoas e mercadorias. Só para citar um exemplo de relevo, foi construído um complexo escolar no município de Caungula, que inclui dois internatos, sendo um masculino e outro feminino que aguardam apenas a inauguração. A dinâmica tem sido diversificar as actividades envolvendo as empresas diamantíferas em projectos com impacto económico e social para as comunidades da província.

Quais são as perspectivas para o Turismo na província?

Estamos a criar o perfil turístico da província, através da conversão da imagem do Samanhanga como logomarca do turismo local, além da promoção da lagoa Nacarumbo, que é uma das Sete Maravilhas do país. A nossa perspectiva é que a Lagoa seja um destino turístico da natureza, voltada para estudos científicos. Estamos, também, a trabalhar seriamente no turismo cultural. É importante, também, olhar para a expansão da capacidade da nossa rede hoteleira e de restauração, por via do investimento pri-

vado. Quanto a isso, a Lunda-Norte tem ainda muita caminho a percorrer.

Como estão as infraestruturas rodoviárias?

Conseguimos melhorias significativas. Vários troços, entre primários, secundários foram construídos e reabilitados. Hoje, a mobilidade de pessoas e bens é um facto na Lunda-Norte. A Rede viária fundamental da província é de mais de 2.254 quilómetros de extensão. Uma parte desse percurso necessita de obras de conservação e reabilitação para debelarmos o impacto da distância e do isolamento. Temos localidades que distam mais de 700 quilómetros da sede provincial. Estão em curso várias obras ligadas às infraestruturas rodoviárias em que destacamos: a Estrada Nacional 225, troço Cassassa / Matxibundo, com 26 quilómetros de extensão, para que sejam concluídos os 500 que totalizam o percurso da via; a Estrada Nacional 180-A, troço Lucapa / Txilumbica, 20 quilómetros de extensão; construção da Estrada Nacional 170, troço Caungula / Lubalo, com 87 quilómetros, além da Estrada Nacional 230, que compreende a requalificação do troço Capenda-Camulemba / Xá-Muteba, num percurso de 272 quilómetros.

Para quando a conclusão dos 26 quilómetros que restam da Estrada Nacional 225, tendo os constrangimentos resultantes da EN 230?

Tratando-se de um projecto de subordinação central, da alçada do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, continuamos a aguardar que fique pronta. Existe uma empresa que continua a operar no terreno. Sabemos que o troço é complexo, porque apresenta desafios de especialidade técnica de engenharia.

É médico de formação e profissão, que avaliação faz do sector da saúde na província?

O sector da Saúde registou avanços significativos, no que diz respeito a infraestruturas, recursos humanos e aumento de serviços. Temos, agora, serviços de ultrassonografia, Tomografia Axial Computarizada-TAC, fisioterapia e electrocardiografia. Em termos de recursos humanos, até 2008, não existia nenhuma escola de ensino médio, na província. Portanto, praticamente não tínhamos também técnicos médios. Com a criação da Escola de Formação de Téc-



ARMANDO SAPALO | EDIÇÕES NOVEMBRO

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios vai permitir reforçar a província com 21 novas escolas. Até 2022, a Lunda-Norte precisa de 97 salas de aulas

nicos de Saúde, do nível médio, a província conseguiu formar 1.361 técnicos. Quanto às infraestruturas, foram construídos quatro hospitais municipais, totalmente equipados, no Cuilo, Lucapa, Capenda-Camulemba e Cuango. Estas estruturas sanitárias têm serviços de ultrassonografia, laboratórios, electrocardiografia, salas de parto e serviços de Raio-X. Além disso, foram também construídos dois hospitais no Dundo, um geral e outro materno-infantil, incluindo centros e postos de saúde em todos os municípios. Na saúde pública, conseguimos a extensão, para todos os municípios, dos programas alargados de vacinação, Hiv-Sida e saúde materno-infantil, passando de 20 para 52 postos fixos de vacinação, o que permitiu aumentar a cobertura de vacinação na província. Ainda no domínio das infraestruturas, foram construídos 13 hospitais, 19 centros de saúde, 69 postos, perfazendo um total de 101 unidades sanitárias.

Qual é o impacto desta Escola de Formação de Técnicos de Saúde?

De 2011 até 2019, já formamos um total de 1.889 técnicos, entre pessoal auxiliar e técnicos de enfermagem. Temos também 24 médicos formados no país e oito em formação no exterior. Olhando para onde saímos,

conseguimos bons resultados. Reconhecemos, no entanto, que temos um longo caminho a percorrer. Considerando as projecções demográficas, existe ainda um défice, comparado aos critérios definidos pela Organização da Saúde (OMS), que determina que, para cada cinco mil habitantes devem existir um posto de saúde e um centro, para cada 20 mil.

Como está o sector da Educação? Quantas salas de aula são necessárias pelo menos nesta fase?

Tendo em conta o crescimento demográfico da população com idade estudantil e pela superlotação que se tem verificado nas salas de aula, precisamos de 1.999 salas de aula, pelo menos até 2022. Com o PIIM, a província terá, para os próximos anos lectivos, um total de 21 novas escolas, que vão possibilitar o surgimento de 185 salas de salas de aula. Estas escolas vão contemplar o Ensino Primário e o 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral, uma vez que é nesses subsistemas que se regista maior índice de superlotação.

O que está a ser feito para reduzir os focos de imigração clandestina e o garimpo de diamantes?

Os principais factores que originam esses fenómenos são o modo e nível de vida das populações fronteiriças, tanto de Angola quanto da República Democrática do Congo (RDC), país com o qual partilhamos uma extensa fronteira de 770 quilómetros. Temos questões como a facilidade na transposição da fronteira nacional e a incapacidade em termos de protecção física das áreas por parte das recém-criadas empresas de exploração semi-

industrial de diamantes. Há também factores culturais e sociológicos, antropológicos e outros. No entanto, avaliamos de forma positiva a Operação Transparência, que vem combatendo a imigração ilegal, a exploração e o tráfico ilícito de diamantes. O combate vai prosseguir de forma permanente, através da conjugação de esforços entre as Forças de Defesa e Segurança, empresas de exploração de diamantes e as acções do governo de satisfação das necessidades básicas da população contra a fome, criando condições de saúde pública e formação académica.

Como é que a Lunda-Norte está a preparar-se para as Autarquias?

Estão a ser preparadas medidas de uma forma estratégica. O primeiro exercício tem a ver com a preparação de quadros capazes de assumir as responsabilidades do nosso paradigma em alguns municípios, bem como as estruturas para o poder Autárquico. No âmbito do PIIM, vão ser construídos três complexos residenciais administrativos e autárquicos no Lóvuva, Cambulo e Caungula. Cada estrutura vai comportar dois pisos e 18 apartamentos.

A província procura, também, adoptar políticas públicas levadas a cabo pelo Executivo no que diz respeito ao desenvolvimento equilibrado do território nacional e a existência de serviços públicos municipais de qualidade, fazendo com que a Lunda-Norte desenvolva iniciativas e acções de preparação do Balcão Único de Atendimento ao Público (BUAP), levantamento de limites geográficos entre municípios, comunas, distritos, bairros e aldeias e o depósito de referência.

ARMANDO SAPALO | EDIÇÕES NOVEMBRO



■ DESENVOLVIMENTO

Aproveitar as potencialidades para produzir os alimentos que a província precisa



Isidoro Samutula

O desenvolvimento da província da Lunda-Norte depende da diversificação da economia, por via de investimentos concretos nos sectores da agricultura, pecuária, pescas, energia, águas e transportes. A afirmação é do economista e docente universitário José Cangolo. Ao avaliar os 42 anos desde a transformação da província, o académico sugere às autoridades forte comprometimento com o futuro e bem-estar das populações, para atrair potenciais investidores e garantir um processo contínuo e sustentável dos outros sectores da economia.

A falta de cultura empresarial, na sua opinião, tem provocado um impacto negativo nas políticas traçadas pelas estruturas centrais do Executivo voltadas para os vários sectores económicos que deveriam constituir indicadores para o crescimento do desenvolvimento da Lunda-Norte.

“Não se pode falar de desenvolvimento, sem antes olhar para os indicadores do crescimento. A Lunda-Norte é uma terra abençoada, pois tem inúmeras potencialidades, desde solos aráveis e recursos hídricos, aliado ao facto de, nos últimos anos, ter beneficiado de projectos estruturantes de reabilitação e construção em algumas estradas nacionais”, sublinha o académico, apontando alguns factores capazes de alavancar a economia, garantir emprego e rendimento para as famílias.

Cooperativas podem acelerar a agricultura

O economista defende a criação de cooperativas empresariais em todos os municípios da província, com o apoio do Governo, para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e promover a produção local, principalmente da mandioca.

José Cangolo garante que a Lunda-Norte é uma referência em termos de produção em grande escala da mandioca e está entre os principais fornecedores da fuba de bombó consumida no país. Mas vê um problema: as cooperativas existentes não têm capacidade técnica, financeira nem mesmo infraestruturas para desenvolver actividade empresarial.

“Em 42 anos, o Governo da Lunda-Norte tinha todas

“A Lunda-Norte é uma terra abençoada, pois tem inúmeras potencialidades, desde solos aráveis e recursos hídricos, aliado ao facto de, nos últimos anos, ter beneficiado de projectos estruturantes de reabilitação e construção em algumas estradas nacionais”

as condições para que a província se especializasse no cultivo da mandioca e assegurar mecanismos para a sua transformação”, declara o docente da Faculdade de Economia da Universidade Lueji A’Nkonde.

As potencialidades agrícolas da Lunda-Norte, não se circunscrevem única e exclusivamente na mandioca. A fuba de bombó é bastante apreciada e a qualidade seria um excelente indicador para uma aposta séria na produção, transformação e exportação do produto. Mas o economista

aponta outros tubérculos de grande valor nutricional, como a bata-doce e o Inhame. Apesar das potencialidades, a Lunda-Norte não é auto-sustentável em produtos como a cebola, tomate, cenoura, kiabo, repolho, couve e a pimenta, que chegam do Centro e Sul do País. “A província precisa de empresários que apostem seriamente no sector da agricultura para contribuírem no relançamento da economia local, aproveitando as condições existentes do solo e dos recursos hídricos”, frisou o economista.

Uma das saídas para garantir a segurança alimentar e nutricional, reduzir a importação de produtos agro-pecuários, bem como promover a criação de postos de trabalho, além dos diamantes, seria a Fazenda Cacanda, reabilitada pelo Executivo com custos de 29 milhões de dólares.

O economista lembrou que os investimentos do Executivo na Fazenda Cacanda, criaram muitas expectativas cuja produção, poderia atingir níveis consideráveis e garantir o abastecimento de produtos nos mercados da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

O académico garante que os objectivos que levaram a reabilitação e modernização do Projecto Agropecuário da Cacanda, não foram atingidos, pois a província não sente os efeitos da sua existência.

Fazenda Cacanda, um gigante em queda livre

Inaugurada em 2012, no município do Chitato, sob gestão da Agricultura, empresa israelita responsável pela execução das obras de reabilitação das antigas infraestruturas da então Companhia de Diamantes de Angola, o Projecto Agropecuário de Cacanda estava projectado para abastecer a província e, depois, exportar para a região.

O investimento de 29 milhões de dólares, de fundos públicos, tinha como propósito revitalizar a estrutura, edificada numa área equivalente a cinco mil campos de futebol, para produção de



A fazenda já produziu, até 2006, vinte mil ovos por dia

ovos, hortícolas e carne bovina de abate. Até 2016, chegou a produzir vinte mil ovos por dia, 11 toneladas de carne de

abate por mês. O número de bovinos ascendia as 400 cabeças. Em 100 estufas, de 25 metros cada, num total de

O brilho dos diamantes

Como uma província reconhecida pelos diamantes que produz e exporta possui altos níveis de pobreza na sua população? “A pobreza da população da Lunda-Norte, deriva da riqueza que possui. Isso influencia de forma negativa no seu custo”, revela José Cangolo. A resposta parece uma contradição. Mas o economista esclarece: “A província deveria beneficiar, de forma directa, de um valor proveniente das receitas fiscais de exploração e dos despachos aduaneiros de exportação dos diamantes. Tais receitas, iriam permitir ao Governo Provincial distribuir rendimento às pessoas desfavorecidas, construir infraestruturas sociais nas localidades de exploração”.

Para José Cangolo, o sector diamantífero é o único com capacidade para garantir o desenvolvimento económico da província, uma vez que os indicadores apontam que a produção tem vindo a atingir níveis satisfatórios. “Em termos concretos e de forma directa, a população da Lunda-Norte ainda não sente os benefícios da actividade”, refere, para lembrar, igualmente, a responsabilidade social das empresas diamantíferas, que devem proporcionar a qualidade de vida às populações que vivem nas zonas de exploração.

Constrangimentos aos investimentos

“Do ponto de vista económico, a indústria não pode funcionar dependendo de fontes alternativas, tendo em conta os elevados custos operacionais”, desabafa José Cangolo, para acrescentar: “A economia não funciona sem a energia nem água. Para o desenvolvimento económico da província, os dois sectores são fundamentais e a Lunda-Norte necessita de grandes investimentos”.

O economista lamenta o facto de as grandes quantidades de recursos hídricos disponíveis não serem devidamente aproveitadas. O docente universitário reconhece que a situação da energia eléctrica pode registar melhorias substanciais, com a conclusão das obras de aproveitamento hidroeléctrico e aumento de potência da central do Luachimo que, além do Chitato, vai fornecer os municípios do Cambulo e Lucapa.

Nas estradas, o economista destaca os investimentos feitos pelo Executivo para ligar os municípios, mas afirma que há ainda muitos desafios pela frente. Um dos grandes problemas reside na ligação da província ao litoral, pois, o elevado estado de degradação da Estrada Nacional 230 cria muitas dificuldades aos operadores na transportação de pessoas e mercadorias essenciais.

O economista lembra que algumas empresas têm beneficiado de autocarros para o transporte público, mas ainda persistem problemas de mobilidade. O sector empresarial dos Transportes, segundo José Cangolo, deve tirar maior proveito dos investimentos nas vias de comunicação, para promover a circulação intermunicipal. Sector fundamental para o desenvolvimento económico, os transportes, na Lunda-Norte, aguardam por empresas públicas para velar pela mobilidade das pessoas, principalmente nas rotas intermunicipais, segundo o economista.